

Telex garante que credores não terão prejuízo

PARIS (Da Correspondente) — O Governo brasileiro enviou um telex confidencial aos principais bancos credores no qual lhes garante que não sofrerão prejuízos se aceitarem os termos da proposta de reestruturação da dívida externa preparada por Brasília.

O telex explica em suas primeiras linhas as razões pelas quais o Governo brasileiro suspendeu o pagamento do serviço da dívida, entre os quais constata-se

um motivo de cunho político o de "preservar a democracia". Os autores do texto asseguram também que a decisão da semana passada tem outro objetivo, o de "garantir o crescimento econômico do país".

Desde o início, as autoridades econômicas brasileiras citam "as perspectivas realistas e a potencialidade do país" para assegurar que os bancos não vão sofrer prejuízos se concordarem com o reescalonamento nos moldes propostos

por Brasília.

Os seis itens principais do telex expõem aos dirigentes dos bancos comerciais americanos, europeus e japoneses, as principais justificativas para a iniciativa de reestruturação da dívida externa. Um deles crítica a transferência maciça de divisas para o exterior, que caracteriza o modo de reescalonamento aplicado até agora, o qual "estava pondo em perigo os objetivos prioritários do Brasil, isto é, o crescimento

econômico e o fortalecimento da democracia no país", afirma o telex.

Entre as medidas mais significativas propostas por Brasília estão a colocação, em contra corrente do Banco Central, dos depósitos de juros de médio e longo prazos. Estes depósitos seriam feitos na moeda que consta nos contratos. Quando ao pagamento do principal, seu pagamento seguirá os termos anteriormente acertados.

O spread e as condições

restantes, segundo o telex, seriam acertados durante as negociações com os bancos comerciais. Além disto, tudo o que for negociado e resultar em acordo, terá valor retroativo, valendo a partir de janeiro deste ano.

Os banqueiros qualificaram o teor do telex de "conciliatório" e julgaram que seu texto indica que o Brasil não quer adotar uma posição de ruptura nas negociações de suas contas externas.